



CÂMARA MUNICIPAL DE
VIANA DO ALENTEJO

ATA N.º 19/2026.

REUNIÃO ORDINÁRIA DE CÂMARA DE 29/06/2026

PRESENCAS

PRESIDENTE: LUÍS MIGUEL HORTA METROGOS

VEREADORES: ANA ISABEL CANDEIAS MILHANO, EM SUBSTITUIÇÃO DE ANTONIO JOAQUIM VINAGRE PADEIRINHA

LUÍS MIGUEL FIALHO DUARTE

RUTE ISABEL VINAGRE BELGA

RUI MIGUEL CANDEIAS CARDOSO

HORA DE ABERTURA: 14:30 HORAS

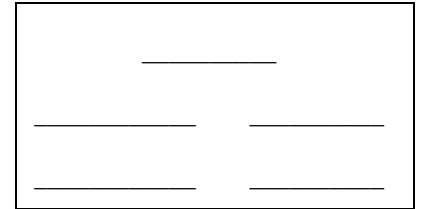
HORA DE ENCERRAMENTO: 17:15 HORAS

FALTAS JUSTIFICADAS:

FALTAS INJUSTIFICADAS

RESUMO DIÁRIO DE TESOURARIA

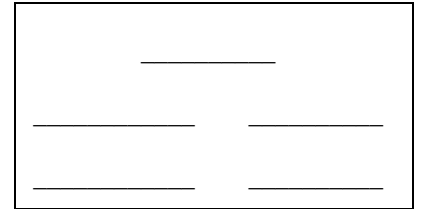
CAIXA	5.178,77€
FUNDOS DE MANEIO	4.552,00,00€
FUNDO DE MANEIO 1 – JOANA DE CARVALHO GALVÃO	1.000,00€
FUNDO DE MANEIO 2 – JOAO PEDRO VALERIO PARRA MARTINHO ANTUNES	52,00€
FUNDO DE MANEIO 3 – JOÃO SÉRGIO CANIVETE MORAIS	500,00 €
FUNDO DE MANEIO 4 – FÁBIO JOSÉ BRANCO PEREIRA	1.000,00 €
FUNDO DE MANEIO 5 – HELENA ISABEL BARROS TORRÃO	500,00 €
FUNDO DE MANEIO 6 – DANIELA DA CONCEIÇÃO BANHA PALHAIS	500,00€
DEPÓSITOS EM INSTITUIÇÕES FINANCEIRAS	573.196,73€
C. G. D. – CONTA N.º 0035/00000345430	333.851,00.€
C. G. D. – CONTA N.º 0035/00004293431	4.419,14€
C. G. D. – CONTA N.º 0035/00005537330	6.451,10€
C. G. D. – CONTA N.º 0035/00005050650	309,70€
C. G. D. – CONTA N.º 0035/00005684950	19.490,45 €
C. G. D. – CONTA N.º 0035/00005974050	62,14 €
C. G. D. – CONTA N.º 0035/00006168050	5.430,67€
C. G. D. – CONTA N.º 0035/00006435350	93.551,22 €
C. G. D. – CONTA N.º 0035/00007030250	€
C. G. D. – CONTA N.º 0035/00006542530 – FEDER	12.796,60€
C. G. D. – CONTA N.º 0035/00007105850.....	€
C. G. D. – CONTA N.º 0035/00007121950	3.612,00€
C. G. D. – CONTA N.º 0035/00007163830-CAUÇÕES	2.024,11€
C. G. D. – CONTA N.º 0035/00011923950	674,24€
B. S. T. – CONTA N.º 0018/10814784001	8.977,02€
C. C. A. M. – CONTA N.º 0045/40122579668	52.642,51€
C. C. A. M. – CONTA N.º 0045/40122579743	99.815,00€
NOVO B. – CONTA N.º 0007/00102934558	40.007,65€
NOVO B. – CONTA N.º 0007/00219692682	50.864,41€
C.E.M.G. – CONTA N.º 0036/99100014214	7.716,26 €
TOTAL DE DISPONIBILIDADES	784.669,21€
DOTAÇÕES ORÇAMENTAIS	635.064,73€
DOTAÇÕES NÃO ORÇAMENTAIS	149.604,48€



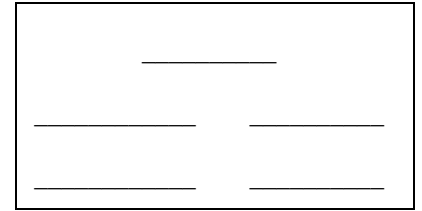
O Senhor Presidente declarou aberta a reunião às catorze horas e trinta minutos, estando presentes os cinco membros do órgão, tendo o Senhor Vereador Rui Cardoso sido substituído pelo Senhor Vereador Rui Moisés. Começou por cumprimentar as Senhoras Vereadoras, os Senhores Vereadores, os técnicos da Câmara que estavam a dar apoio à reunião e também quem iria acompanhar a reunião através das redes sociais. A reunião foi gravada, podendo os interessados ter acesso à transmissão da mesma no site do Município de Viana do Alentejo (Município/Câmara Municipal/Gravações Reunião de Câmara – ONLINE) ou no youtube do Município em https://www.youtube.com/watch?v=_Ic5FLmTdms&t=1s. -----

É a seguinte a ordem de trabalhos da presente reunião: -----

1. Proposta de aprovação da ata em minuta no final da reunião; -----
2. Proposta de aprovação da ata relativa à reunião ordinária de 1 de junho de 2026; -----
3. Informação escrita sobre a Atividade da Câmara; -----
4. Proposta de aprovação da 11ª alteração orçamental, que integra a 10ª alteração permutativa ao Orçamento da Despesa, a 8ª alteração permutativa ao PPI e a 5ª alteração permutativa ao PAM; -----
5. Proposta de ratificação do Despacho do Senhor Presidente que autorizou a emissão de Licença Especial de Ruído e a isenção do pagamento das respetivas taxas à Junta de Freguesia de Alcáçovas, para a realização da 28.ª Semana Cultural de Alcáçovas; -----
6. Proposta de ratificação do Despacho do Senhor Presidente que autorizou a emissão de Licença Especial de Ruído e a isenção do pagamento das respetivas taxas à Junta de Freguesia de Viana do Alentejo, para a realização do Arraial Popular, no dia 26 de junho de 2026; -----
7. Proposta de ratificação do despacho do Senhor Presidente que autorizou a interdição temporária de trânsito em Alcáçovas para a realização de uma garraiada, no dia 13 de junho de 2026; -----
8. Proposta de revogação da deliberação de 15/06/2026 relativa à aprovação do Auto de Vistoria e Medição n.º 7 dos Trabalhos Complementares n.º 1, referentes à Empreitada de Construção de Duas Novas Unidades de Saúde em Aguiar e Alcáçovas; -----
9. Proposta de aprovação do Auto de Vistoria e Medição n.º 7 dos Trabalhos Complementares n.º 1, referentes à Empreitada de Construção de Duas Novas Unidades de Saúde em Aguiar e Alcáçovas (Unidade de Aguiar); -----
10. Proposta de aprovação da Conta Final da Empreitada de Construção de Duas Novas Unidades de Saúde em Aguiar e Alcáçovas; -----
11. Proposta de aprovação do Auto de Vistoria e Medição de Trabalhos n.º 16 referente à Empreitada de Construção de duas novas Unidades de Saúde em Aguiar e em Alcáçovas (Unidade de Aguiar); -----
12. Proposta de aprovação do Auto de Revisão de Preços referente à Empreitada de Construção de Duas Novas Unidades de Saúde em Aguiar e Alcáçovas; -----



- 13.Proposta de aprovação do Auto de Vistoria e Medição de Trabalhos Complementares n.º 1 referentes à Empreitada de Requalificação do Centro de Saúde de Viana do Alentejo; -----
- 14.Proposta de transferência de verba para a Associação Grupo de Cantares Populares Seara Nova, (1º Trimestre de 2026), no âmbito do Regulamento Municipal de Apoio Financeiro às Atividades Culturais; -----
- 15.Proposta de transferência de verba para a A.M.Ar.T. - Grupo de Cavaquinhos do Alentejo (1º trimestre de 2026), no âmbito do Regulamento Municipal de Apoio Financeiro às Atividades Culturais; -----
- 16.Proposta de transferência de verba para o Grupo Coral dos Trabalhadores de Alcáçovas (1º trimestre de 2026), no âmbito do Regulamento Municipal de Apoio Financeiro às Atividades Culturais; -----
- 17.Proposta de transferência de verba para o Grupo Coral dos Trabalhadores de Alcáçovas para dinamização da Marcha da Vila de Alcáçovas 2026, em parceria com a A.M.Ar.T; -----
- 18.Proposta de transferência de verba para a Associação dos Amigos Aguiarenses para dinamização das Marchas Populares 2026; -----
- 19.Proposta de transferência de verba para o Grupo Coral “Os Trabalhadores” de Alcáçovas (15.º Encontro de Grupos Corais); -----
- 20.Proposta de transferência de verba para o Grupo Associativo Jovens de Aguiar para a Dinamização do Crazy Hours, Integrado na Festa da Primavera 2026; -----
- 21.Proposta de transferência de verba para a Associação Cultural e Recreativa Alcaçovense para a Realização do Espetáculo de Sevilhanas da Escola de Dança; -----
- 22.Proposta de transferência de verba para a Associação 25 de Abril, referente às quotas dos anos 2024, 2025 e 2026; -----
- 23.Proposta de renovação do Cartão Social do Reformado, Pensionista e Idoso a um munícipe da freguesia de Alcáçovas; -----
- 24.Proposta de atribuição do Cartão Social do Reformado, Pensionista e Idoso a um munícipe da freguesia de Alcáçovas; -----
- 25.Proposta de Submissão da candidatura “Requalificação da Escola Básica de Alcáçovas” ao Aviso n.º02/2025 - Programa Escolas - Modernização dos estabelecimentos públicos de ensino dos 2.º e 3.º ciclos e do secundário; -----
- 26.Proposta de Adjudicação da Concessão de Exploração do Quiosque do Jardim Público de Alcáçovas e de aprovação da Minuta do Contrato; -----
- 27.Proposta de abertura de Procedimento Concursal Comum para constituição de Relação jurídica de emprego em contrato de trabalho em funções públicas por tempo indeterminado, para ocupação de um posto de trabalho de Técnico Superior (Organização e Gestão de Eventos Culturais); -----
- 28.Proposta de abertura de Procedimento Concursal Comum para constituição de Relação jurídica de



emprego em contrato de trabalho em funções públicas por tempo indeterminado, para ocupação de um posto de trabalho de Assistente Técnico (Turismo); -----

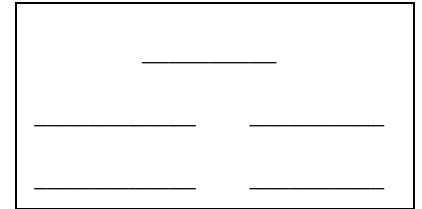
29.Proposta de abertura de Procedimento Concursal Comum para constituição de Relação jurídica de emprego em contrato de trabalho em funções públicas por tempo indeterminado, para ocupação de um posto de trabalho de Técnico Superior (Direito); -----

Período de antes da ordem do dia – Nos termos do artigo 52.º do Anexo I à Lei n.º 75/2013, de 12 de setembro, na redação atual, o Senhor Presidente declarou aberto o período de antes da ordem do dia. ----

O senhor presidente informou que, existindo público presente, o Regimento prevê um primeiro período destinado à intervenção dos munícipes no início da reunião e um segundo período no final dos trabalhos. Nessa sequência, questionou os presentes se algum dos munícipes pretendia usar da palavra naquele momento, antes do início da ordem de trabalhos. Verificou-se a intenção de intervenção do munícipe Nelson Barreto, tendo o Senhor Presidente concedido a palavra para que apresentasse a sua intervenção no período destinado ao público. -----

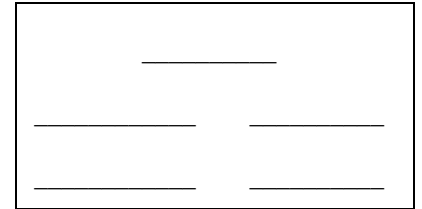
O munícipe Nelson Barreto, residente na Rua do Progresso, n.º 22, em Viana do Alentejo, tomou a palavra para informar que a sua intervenção tinha como objetivo apresentar uma petição, em seu nome e em representação de vários moradores, solicitando a pavimentação da Travessa do Progresso. Expôs que a referida via se encontra atualmente sem pavimentação adequada, situação que tem vindo a causar diversos transtornos aos residentes. Referiu que, durante o verão, o trânsito de veículos e as condições climáticas originam uma elevada quantidade de poeiras que entram nas habitações e garagens, dificultando a abertura de portas e janelas e afetando o conforto, as condições de higiene e a qualidade de vida dos moradores. Acrescentou que, durante o inverno, a chuva transforma a travessa num lamaçal, com formação de poças de água e zonas de difícil circulação, criando dificuldades quer para os peões quer para os veículos e contribuindo para a degradação das condições de acesso às habitações. Perante estes constrangimentos, considerou que a pavimentação da Travessa do Progresso constitui uma intervenção necessária e de interesse público, por contribuir para a melhoria das condições de mobilidade, segurança, salubridade e qualidade de vida dos residentes. Assim, solicitou que a Câmara Municipal analisasse a possibilidade de incluir esta obra no plano de intervenções municipais, procedendo ao alcatroamento da referida via com a maior brevidade possível, concluindo assim a intervenção. -----

O Senhor Presidente agradeceu ao munícipe a sua presença e a apresentação da petição, referindo que o Município já tinha conhecimento do estado da Travessa do Progresso. Esclareceu, no entanto, que, face às diversas necessidades existentes no concelho, ainda não tinha sido possível intervir naquela via. Acrescentou que a Câmara Municipal não dispõe atualmente de capacidade técnica e operacional para executar, pelos seus próprios meios, uma pavimentação integral com a qualidade necessária. Referiu que Município consegue realizar pequenas reparações e tapar buracos, mas considera que não reúne, neste



momento, condições para proceder diretamente a uma obra de pavimentação desta natureza considerando mesmo que seria necessária formação específica para os trabalhadores municipais nesta área. Sublinhou, por isso, que não seria possível dar uma resposta imediata ao pedido, esclarecendo que pretendia gerir as expectativas dos moradores, uma vez que existem outros locais no concelho com necessidades semelhantes e o Município não dispõe da agilidade necessária para intervir de imediato. Informou que a Câmara Municipal obteve autorização para contrair um empréstimo no montante aproximado de dois milhões de euros, destinado, entre outras finalidades, à pavimentação e requalificação de estradas. Acrescentou que considera importante identificar um ou dois arruamentos urbanos que também possam beneficiar dessas intervenções, admitindo que a Travessa do Progresso poderá ser ponderada nesse contexto, embora não seja possível realizar a obra a curto prazo. Referiu ainda que, tanto quanto é do seu conhecimento, os moradores conseguem atualmente aceder às respetivas habitações através de uma outra rua pavimentada, pelas traseiras, reconhecendo, contudo, os constrangimentos causados pela situação existente. Concluiu afirmando que será necessário aguardar que o Município disponha das condições financeiras e contratuais para recorrer a uma empresa externa que execute a empreitada, reiterando o agradecimento ao munícipe pela iniciativa, bem como pelo trabalho desenvolvido na recolha das assinaturas dos moradores, assegurando que o executivo procurará dar resposta ao pedido com a maior brevidade possível, embora não seja viável concretizá-la no curto prazo.

O Senhor Presidente prestou diversas informações começando por abordar a situação do sistema de abastecimento de água no concelho. Referiu que as perdas de água resultantes de fugas, ruturas na rede de abastecimento, autoconsumos não contabilizados e contadores parados — existindo ainda cerca de 55 contadores nesta situação — se têm vindo a agravar desde 2023. Informou que, atualmente, o Município perde cerca de 40% da água na rede em baixa, correspondente à diferença entre a água fornecida pelas Águas Públicas do Alentejo e a efetivamente faturada aos consumidores. Considerou tratar-se de um valor incomportável, quer do ponto de vista do equilíbrio financeiro da autarquia, quer da sustentabilidade ambiental. Seguidamente, apresentou dados relativos à dívida associada ao consumo de água, referindo que esta registou um crescimento exponencial entre 2022 e 2025. Explicou que a dívida passou de cerca de 5 mil euros, em 2021, para 107 mil euros, em 2025, correspondendo a um aumento de cerca de 2.000%, sendo que o montante global da dívida ascende atualmente a aproximadamente 250 mil euros. Esclareceu que, entre 2003 e 2021, os valores da dívida se mantiveram relativamente estáveis, verificando-se apenas um ligeiro aumento em 2021, que atribuiu às medidas excecionais adotadas durante o período da pandemia. No entanto, salientou que, a partir desse momento, a evolução da dívida se tornou incomportável, registando valores de cerca de 16 mil euros em 2022, 34 mil euros em 2023, 70 mil euros em 2024 e 107 mil euros em 2025. Acrescentou que também o número de contadores com dívida aumentou significativamente, passando de uma média de 19 contadores por ano, entre 2003 e 2021, para

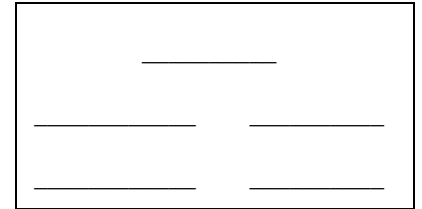


656 contadores em dívida em 2025 e considerou estes números preocupantes referindo que apenas recentemente foi possível apurar os valores corretos. Informou, por isso, que o Município irá implementar várias medidas para inverter esta situação, nomeadamente a contratação de uma empresa especializada em águas e saneamento para proceder ao levantamento e análise das fugas existentes na rede, a retoma da substituição dos contadores parados, admitindo mesmo recorrer a apoio externo, e a apresentação de uma candidatura ao ciclo urbano da água para reabilitação da rede de abastecimento. Relativamente à cobrança das dívidas, informou que o Município retomará o envio de avisos para corte do abastecimento de água aos consumidores em incumprimento, procedimento que, segundo referiu, deixou de ser efetuado a partir de 2021. Esclareceu, contudo, que todos os munícipes serão previamente notificados, dispondo de tempo para regularizar a situação, podendo ainda recorrer ao pagamento faseado através de planos de prestações. Sublinhou que esta não é uma medida popular, mas considerou ser indispensável garantir uma gestão responsável dos recursos públicos, defendendo que os munícipes cumpridores não podem continuar a suportar os custos decorrentes do incumprimento de outros consumidores. -----

De seguida, informou que foi dirigido convite a todas as forças políticas com representação na Assembleia Municipal para participarem nas feiras do concelho com stands próprios. Referiu, no entanto, que o Partido Socialista optou por não instalar qualquer stand fora do período oficial de campanha eleitoral. -----

Prestou ainda um ponto de situação sobre a empreitada de requalificação das azinhagas do concelho, no valor aproximado de 30 mil euros, destinada à recuperação de cerca de metade destes caminhos. Informou que os trabalhos já se encontram concluídos em Alcáçovas e em Aguiar, onde foram intervencionadas a azinhaga da Anta até ao Monte do Zambujeiro e a azinhaga entre a rotunda e a Fonte. Acrescentou que os trabalhos se iniciariam em seguida em Viana do Alentejo, de forma a minimizar os impactos provocados por fenómenos climatéricos extremos. -----

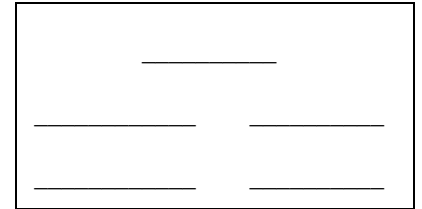
Por fim, apresentou um ponto de situação das principais obras e intervenções atualmente em curso nas três freguesias do concelho, destacando a empreitada da Escola Básica de Aguiar, no valor aproximado de 400 mil euros; a adaptação do Centro Social de Aguiar às exigências da Proteção Civil, com um investimento de cerca de 30 mil euros; a empreitada de envolvimento da Extensão de Saúde de Aguiar, incluindo trabalhos complementares motivados por problemas identificados na pedra, num montante de cerca de 80 mil euros; a conclusão das obras físicas nas extensões de saúde de Aguiar e Alcáçovas, a conclusão dos parques infantis; o início da pintura exterior do Paço dos Henriques, num investimento superior a 20 mil euros; a concessão do quiosque do Jardim de Alcáçovas, os trabalhos de pintura do Centro do Cante e do Saber; a pintura do ringue e respetivas marcações na Quinta da Joana; as intervenções em curso no Centro de Saúde de Viana do Alentejo; os trabalhos de limpeza dos caminhos rurais; a requalificação dos portões da Escola Básica Isidoro de Sousa, em Viana do Alentejo e os trabalhos desenvolvidos no âmbito da Oficina Domiciliária. -----



A Senhora Vereadora informou que, na sequência da reunião realizada com o Conselho de Administração da Unidade Local de Saúde, no mês de maio, foi comunicada ao Município, como solução temporária, a disponibilização de teleconsultas para os utentes que atualmente não dispõem de médico de família atribuído. Acrescentou que se encontra igualmente a decorrer um concurso para recrutamento de médicos, manifestando a expectativa de que esse procedimento venha a permitir a colocação de novos profissionais no Centro de Saúde do concelho. -----

O Senhor Vereador Luís Duarte cumprimentou todos e começou por solicitar esclarecimentos relativamente à Semana Cultural de Alcáçovas, referindo que ainda não tinha verificado qualquer pagamento à Junta de Freguesia no âmbito do apoio municipal ao evento. Considerou que esse apoio existiria naturalmente, questionando se não deveria ter sido previamente submetido à apreciação da Câmara Municipal e, posteriormente, da Assembleia Municipal, acrescentando que, na última reunião da Assembleia, ainda não tinha encontrado qualquer referência a esses valores. Questionou igualmente qual era o ponto de situação do contrato relativo ao serviço de alarmes, recordando que, no final do mandato anterior, o contrato então existente se encontrava praticamente a terminar. Referiu não ter identificado qualquer pagamento associado a esse serviço e perguntou qual a empresa que atualmente assegura essa prestação e em que situação se encontra o respetivo procedimento. Recordou ainda que havia solicitado acesso ao processo de contratação da empresa responsável pela reparação das azinhagas, informando que, até à data, ainda não lhe tinha sido facultada a documentação. Relativamente à requalificação das vias, recordou igualmente que o Senhor Presidente se havia comprometido a disponibilizar um plano de prioridades das azinhagas e estradas a intervencionar, documento que afirmou ainda não ter recebido. Referiu que esse plano permitiria conhecer quais as intervenções previstas, nomeadamente se a Travessa do Progresso e o Beco do Progresso se encontravam contemplados, evitando que fosse necessário questionar individualmente cada arruamento. Solicitou depois um ponto de situação relativamente a diversas intervenções municipais que, na sua opinião, não tinham sido abordadas pelo Senhor Presidente, designadamente o estado da obra do Quartel da GNR; a situação do Centro Social de Aguiar, questionando se a obra se encontra concluída, se já foi objeto de inspeção ou se esta ainda se encontra pendente; o ponto de situação do Campo de Padel de Alcáçovas; a intervenção na Rua do Mercado, junto ao mercado municipal e com acesso ao parque de caravanas, referindo que a obra se encontra parada há bastante tempo e considerando tratar-se de uma intervenção relativamente simples de concluir e por último, a Azinhaga do Chaparreiro, localizada junto ao lagar de azeite, entre a estrada principal para Portel e a estrada interior, recordando que já havia chamado anteriormente a atenção para o estado de degradação daquela via e considerando que a respetiva acessibilidade continua muito deficiente. -----

O Senhor Presidente relativamente à Semana Cultural de Alcáçovas, informou que o Município já concedeu um apoio correspondente à participação do Festival Terras sem Sombra, integrado no programa da

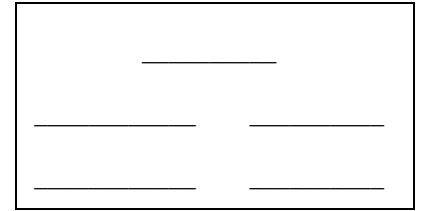


iniciativa, quanto ao restante apoio à Junta de Freguesia de Alcáçovas, esclareceu que o respetivo montante ainda se encontra em apuramento conjunto com a Junta de Freguesia, razão pela qual ainda não foi submetido à apreciação do executivo. Acrescentou que, assim que o valor estiver definido, o respetivo apoio será presente a reunião de Câmara para deliberação. -----

Quanto ao serviço de segurança e alarmes, informou que se encontra em curso o procedimento para a renovação da contratação, explicando que foi necessário proceder previamente ao levantamento e identificação de todos os edifícios e equipamentos municipais abrangidos, com vista à realização de um procedimento único de contratação, aberto à atual empresa prestadora ou a outras entidades interessadas. Relativamente ao pedido de documentação referente ao processo de contratação da empresa responsável pela reparação das azinhagas, informou que, caso essa documentação ainda não tenha sido remetida, dará indicação aos serviços para enviarem ao Senhor Vereador o contrato celebrado com a empresa adjudicatária. -----

No que respeita ao plano de prioridades para a requalificação das estradas e azinhagas, esclareceu que o documento ainda não foi apresentado por se encontrarem ainda em fase de obtenção dos orçamentos para elaboração dos respetivos projetos. Referiu que o Município pretende avançar com a contratação desses projetos e que, posteriormente, será necessário definir as prioridades de intervenção, atendendo a que o custo médio estimado ronda os 100 mil euros por quilómetro, o que significa que o financiamento disponível, no montante de cerca de 2 milhões de euros, apenas permitirá intervir em aproximadamente 20 quilómetros de vias, sendo insuficiente para responder a todas as necessidades existentes. Sublinhou que, não dispondo o executivo de maioria, essa definição de prioridades será discutida com os vereadores da oposição e oportunamente apresentada em reunião de Câmara, incluindo igualmente as zonas urbanas consideradas prioritárias. -----

Relativamente ao Quartel da GNR, informou que pretendia já ter prestado esse esclarecimento no período antes da ordem do dia. Comunicou que já foi remetida ao Tribunal de Contas uma primeira resposta aos pedidos de esclarecimento efetuados, tendo, entretanto, sido recebida uma nova solicitação de elementos adicionais. Esclareceu que esses elementos foram solicitados à empresa adjudicatária, InovBuild, para que possam ser reunidos e posteriormente enviados ao Tribunal de Contas. Referiu ainda que já tinha dado conhecimento desta situação na última Assembleia Municipal e reiterou que apenas após a emissão do respetivo visto pelo Tribunal de Contas será possível dar início à empreitada. Quanto ao Centro Social de Aguiar, informou que a intervenção se encontra praticamente concluída, estando apenas pendente a resolução de uma anomalia na central de incêndios. Explicou que, devido ao equipamento ter permanecido inativo desde 2022, foi agora detetada uma avaria num dos sensores, encontrando-se o Município a aguardar a sua substituição para que possa ser agendada a vistoria da Proteção Civil. Sobre o Campo de Padel de Alcáçovas, informou que a obra se encontra concluída. Acrescentou que, segundo informação



transmitida pelo Presidente do Sport Clube Alcaçovense, o pagamento à empresa executante seria efetuado na semana anterior, recordando que o Município atribuiu um apoio financeiro ao clube, tendo sido este a entidade responsável pelo pagamento da empreitada. -----

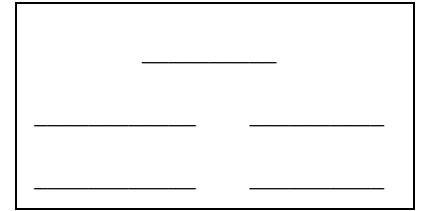
Relativamente à intervenção na Rua do Mercado, junto ao parque de feiras e mercados, explicou que o Município tem sido confrontado com diversas necessidades urgentes de intervenção, nomeadamente uma rotura na Rua do Rossio e trabalhos na azinhaga situada nas traseiras do estaleiro municipal, não dispondo atualmente de recursos humanos suficientes para dar resposta simultânea a todas essas obras. -----

Por último, relativamente à Azinhaga do Chaparreiro, reconheceu que a situação se enquadra no conjunto de intervenções prioritárias anteriormente referidas, acrescentando que aquela via apresenta ainda um problema adicional relacionado com a conduta de abastecimento de água em fibrocimento existente no local, que já obrigou a várias reparações desde o início do mandato. Considerou que a solução passa pela substituição integral da conduta e pela realização de uma intervenção estrutural na via, admitindo, contudo, que o Município não dispõe atualmente de meios próprios suficientes para executar esses trabalhos, pelo que a solução passará, muito provavelmente, pelo recurso à contratação externa. -----

A Senhora Vereadora Rute Belga cumprimentou todos os presentes e dirigiu duas questões ao executivo. Em primeiro lugar, recordou que, na reunião de Câmara realizada em 23 de março, havia sido solicitada a emissão de um parecer jurídico à CCDR e à DGAL, questionando qual era o ponto de situação desse processo. Solicitou ainda que, caso já existisse correspondência ou resposta relativa ao referido parecer, a mesma fosse disponibilizada aos vereadores para conhecimento. -----

Em segundo lugar, referiu-se ao canal de WhatsApp criado pelo Município, pretendendo saber qual tem sido a adesão dos munícipes desde a sua implementação. Questionou quantos utilizadores aderiram ao canal e que indicadores possui o Município para avaliar se esta ferramenta está efetivamente a cumprir os objetivos que presidiram à sua criação, designadamente de que forma é aferida a sua eficácia enquanto meio de comunicação com a população. -----

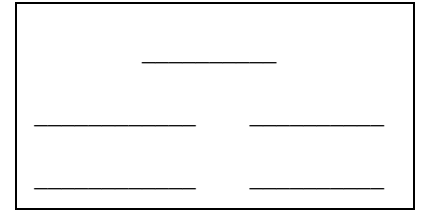
O Senhor Presidente respondeu que, relativamente ao parecer jurídico solicitado à CCDR e à DGAL, tanto quanto é do seu conhecimento, ainda não foi recebida qualquer resposta. Acrescentou que, caso a mesma tenha entretanto dado entrada nos últimos dias, ainda não teve conhecimento da sua receção, razão pela qual também não foi facultada aos vereadores qualquer informação sobre o assunto. Relativamente ao canal de WhatsApp do Município, informou que este conta atualmente com 111 utilizadores. Considerou que se trata de uma plataforma ainda em fase de consolidação, através da qual o Município tem vindo a divulgar atividades, notícias e outras informações institucionais. Esclareceu que este é um canal exclusivamente informativo, permitindo apenas ao Município publicar conteúdos, existindo outros meios destinados à receção de comunicações por parte dos munícipes. Referiu que a avaliação inicial é positiva, entendendo que a ferramenta está a corresponder às expectativas. Acrescentou que a sua evolução



dependerá naturalmente do interesse dos munícipes e que o Município continuará a promover a divulgação do canal, na expectativa de que o número de aderentes aumente progressivamente ao longo do mandato. -----

O Senhor Vereador Rui Cardoso iniciou a sua intervenção felicitando as associações do concelho que assinalaram recentemente os seus aniversários. Dirigiu os parabéns ao Clube Alentejano de Desportos “Os Vianenses”, pelo seu 31.º aniversário, celebrado no dia 22 de junho, e à Associação Humanitária dos Bombeiros Voluntários de Viana do Alentejo, pelo seu 44.º aniversário, assinalado no dia 24 de junho. Referindo-se à intervenção do munícipe que participou no período destinado ao público, considerou que este tipo de participação deve ser valorizado, por constituir um direito dos cidadãos trazerem ao órgão executivo os problemas concretos que afetam o seu quotidiano. Entendeu que essas situações não devem ser respondidas apenas com explicações genéricas, mas sim com soluções concretas, acompanhadas de prazos, objetivos e compromissos claros. Manifestou solidariedade para com os moradores da Travessa do Progresso e afirmou que a oposição acompanhará e escrutinará as medidas que venham a ser adotadas para resolver o problema. Relativamente à informação apresentada pelo Senhor Presidente sobre as perdas de água e a dívida associada ao serviço de abastecimento, considerou tratar-se de uma situação extremamente preocupante. Salientou que a existência de mais de 650 contadores em dívida, perdas de água na ordem dos 40% e um aumento da dívida em cerca de 2.000%, atingindo aproximadamente 107 mil euros, traduz uma situação de grande gravidade para o Município, que atribuiu à ausência de fiscalização e ao desleixo na gestão dos últimos anos. Manifestou o apoio do seu grupo municipal à implementação de mecanismos de regularização das dívidas, designadamente através de planos de pagamento faseado para os munícipes com dificuldades económicas. Defendeu, contudo, que, nos casos em que existam condições para o pagamento e persista o incumprimento, o Município deve avançar com os procedimentos administrativos legalmente previstos, incluindo o corte do abastecimento de água, por entender que todos os cidadãos devem ser tratados de forma igual e cumprir as mesmas regras. Passando aos restantes assuntos, questionou qual é o ponto de situação da reparação do portão lateral da escola, junto à estrada para Alcáçovas, referindo ter observado materiais de construção no local e manifestando o desejo de que a intervenção fique concluída antes do início do próximo ano letivo. -----

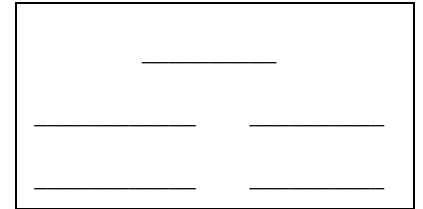
Por último, abordou a questão dos animais errantes no concelho, defendendo que o Município deve avançar para a criação de um Centro de Recolha Oficial (CRO), conforme previsto na legislação em vigor. Considerou que as atuais instalações não reúnem as condições exigidas legalmente, nomeadamente por não contemplarem um espaço adequado para cães e outro para gatos. Defendeu que o Município deve planear e calendarizar a construção de um equipamento que permita assegurar a recolha, alojamento e esterilização dos animais, evitando a proliferação descontrolada de colónias e garantindo que as associações desempenhem um papel complementar, e não substitutivo, das responsabilidades municipais.



Questionou ainda se os cães atualmente alojados nas instalações existentes dispõem de condições adequadas para enfrentar as elevadas temperaturas previstas para o período de verão. -----

O Senhor Vereador Rui Cardoso prosseguiu a sua intervenção abordando a questão do mapa de pessoal, recordando que o assunto já havia sido amplamente debatido em reuniões anteriores. Referiu que o próprio Senhor Presidente reconheceu as dificuldades dos serviços municipais em responder às necessidades de intervenção existentes no concelho, devido à insuficiência de recursos humanos. Referiu que alguns procedimentos seriam apreciados na presente reunião, mas continuavam por preencher diversas vagas, designadamente para a escola e para o estaleiro municipal, esclarecendo que a abertura desses concursos constitui uma decisão política da responsabilidade do executivo permanente. Acrescentou que a bolsa de recrutamento existente para assistentes operacionais da escola termina no mês de julho, questionando se, na reunião seguinte, seria deliberada a abertura de novo procedimento para contratação de mais um assistente operacional ou se a bolsa terminaria sem essa contratação. Relativamente à área da saúde, questionou o ponto de situação da reunião solicitada à Ministra da Saúde, recordando que há vários meses vinha sendo anunciada essa intenção e considerando importante que o Município levasse diretamente ao Ministério as preocupações da população, nomeadamente o abaixo-assinado promovido em defesa dos cuidados de saúde no concelho. Ainda nesta matéria, recordou que, em reuniões anteriores, o Senhor Presidente afirmara que as unidades de saúde requalificadas abririam durante o mês de junho, declaração que, segundo afirmou, constava das gravações das reuniões. Perante o facto de o mês estar a terminar sem que tivesse recebido qualquer convite para a inauguração ou existisse informação pública sobre essa abertura, questionou quando ocorreria efetivamente a inauguração das instalações. -----

Prosseguindo a sua intervenção, criticando o que considerou ser a falta de concretização das medidas anunciadas pelo executivo municipal. Referiu ter reunido diversas notícias publicadas relativas a investimentos realizados por municípios vizinhos, procurando demonstrar que outras autarquias de dimensão semelhante conseguiam concretizar projetos estruturantes através da captação de financiamento. A título de exemplo, referiu que o Município da Vidigueira avançara com obras de requalificação de estradas, enquanto o Município de Serpa criara um programa municipal de apoio à aquisição de medicamentos para pessoas com menores recursos. Acrescentou que o Município de Alvaro investira cerca de 440 mil euros na regeneração urbana da Avenida 1.ª de Maio, em Vila Nova da Baronia, considerando que este tipo de intervenção correspondia a prioridades anteriormente assumidas pelo atual executivo. Referiu igualmente que o Município de Grândola implementara medidas destinadas à fixação de médicos e outros profissionais de saúde, defendendo que os municípios podem desempenhar um papel ativo na criação de condições para atrair profissionais para os territórios do interior. Continuando a comparação com outras autarquias, destacou o investimento de cerca de 745 mil euros realizado pelo

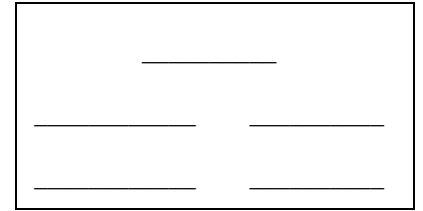


Município de Portel na construção de um centro de eventos, considerando que tal demonstrava capacidade para captar fundos comunitários. Recordou que, durante a campanha eleitoral, o atual Presidente afirmara possuir experiência e capacidade para aproveitar essas oportunidades de financiamento, questionando onde se encontravam os resultados dessa estratégia. Referiu ainda exemplos dos Municípios de Mourão, Ferreira do Alentejo e Barrancos, mencionando investimentos em reciclagem, requalificação do estaleiro municipal e recuperação de estradas, respetivamente, para sustentar a sua posição de que outros municípios estavam a concretizar investimentos relevantes enquanto Viana do Alentejo permanecia sem respostas para problemas estruturais. No caso concreto do estaleiro municipal, salientou as deficientes condições de trabalho existentes, designadamente durante o verão, devido às elevadas temperaturas provocadas pela cobertura metálica do edifício, questionando por que motivo não existia qualquer intervenção prevista para melhorar essas instalações. Referindo-se aos Bombeiros Voluntários de Viana do Alentejo, lamentou que continuasse por resolver a substituição da cobertura em amianto do quartel, afirmando que outras autarquias, como Mourão, tinham conseguido apoiar financeiramente as respetivas corporações. -----

Questionou ainda por que razão o Município de Viana do Alentejo não celebrava protocolos de colaboração com as paróquias do concelho, à semelhança do que acontecia no Município de Alvito, considerando que esses protocolos poderiam contribuir para a valorização do património religioso e para o desenvolvimento do turismo religioso, área que recordou ter sido assumida como uma prioridade. -----

Por último, referiu a Resolução n.º 176/2025, aprovada pela Assembleia da República, relativa à requalificação urgente do espaço envolvente ao Santuário de Nossa Senhora de Aires, questionando quais as diligências que o Município estava a desenvolver em articulação com o Ministério da Cultura para dar cumprimento às recomendações constantes daquela resolução, designadamente no que respeita à valorização e requalificação daquele espaço. A terminar, informou que o seu grupo municipal não participaria com um stand na Feira do Chocalho, por entender que, não existindo qualquer processo eleitoral em curso, os espaços disponíveis devem ser prioritariamente destinados às associações, aos artesãos, aos empresários e às entidades representativas do tecido económico e social do concelho. -----

O Senhor Presidente iniciou a resposta dando as boas-vindas ao Senhor Vereador Rui Cardoso, referindo ser um gosto vê-lo novamente presente nas reuniões de Câmara, uma vez que, segundo afirmou, já não comparecia há algum tempo. Associou-se igualmente às felicitações dirigidas às associações aniversariantes, esclarecendo que o executivo assinala habitualmente essas datas através dos meios de comunicação institucionais do Município, razão pela qual não costuma abordar esse assunto nas reuniões de Câmara. De seguida, fez uma correção à intervenção do Senhor Vereador, esclarecendo que a Câmara Municipal é um órgão executivo, enquanto o órgão deliberativo é a Assembleia Municipal, considerando importante essa distinção institucional. -----



Relativamente à intervenção do munícipe sobre a Travessa do Progresso, afirmou que gostaria de poder indicar prazos concretos para a realização da obra, mas reiterou que apenas assumirá compromissos quando existirem condições efetivas para os concretizar. Referiu que a intervenção terá de ser integrada num programa mais abrangente de requalificação urbana e afirmou que não pretende criar expectativas ou fazer promessas que não possa cumprir. -----

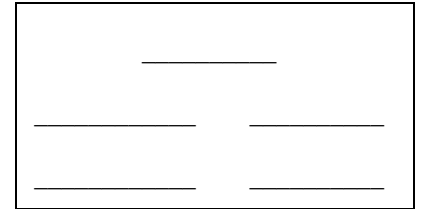
Quanto à situação das perdas de água e da dívida associada ao abastecimento, manifestou satisfação por verificar que o Senhor Vereador partilhava da mesma preocupação e agradeceu a posição assumida relativamente à necessidade de regularização das dívidas. Aproveitou para salientar que não ouviu qualquer intervenção dos vereadores da CDU sobre um assunto que considerou dramático para o concelho. Reafirmou que a regularização da dívida constitui uma decisão politicamente difícil, reconhecendo que medidas como a suspensão do abastecimento de água em situações de incumprimento podem ser impopulares e ter custos políticos. Ainda assim, defendeu que quem exerce funções autárquicas deve ter coragem para tomar as decisões necessárias à boa gestão dos recursos públicos. -----

Sublinhou que o elevado valor da dívida no abastecimento de água, que ronda os 100 mil euros por ano, representa um forte condicionamento para o orçamento municipal, comprometendo a capacidade financeira do Município para concretizar novos investimentos, atendendo à dimensão reduzida do orçamento da Câmara Municipal de Viana do Alentejo. -----

O Senhor Presidente prosseguiu a sua intervenção referindo que a situação financeira do Município condiciona a concretização de novos investimentos, afirmando que Viana do Alentejo tem estado a recuperar infraestruturas e património que, na sua perspetiva, exigiam intervenção prioritária. -----

Em resposta às comparações efetuadas com notícias publicadas sobre investimentos realizados por outros municípios, afirmou que também o Município de Viana do Alentejo tem desenvolvido diversas intervenções amplamente divulgadas na comunicação social, nomeadamente a empreitada da Escola Básica de Aguiar, a requalificação das extensões de saúde, a pintura do Paço dos Henriques, a concessão do quiosque de Alcáçovas e os trabalhos de requalificação das azinhagas nas três freguesias. Considerou, por isso, que a análise efetuada pelo Senhor Vereador não refletia a totalidade da atividade municipal. ----

Acrescentou que, para além das obras em curso, o Município está igualmente a desenvolver vários projetos estruturantes, destacando como prioridades o ciclo urbano da água, a intervenção no Bairro Fragoso, em Alcáçovas, e a expansão das zonas industriais. Informou que se encontra em preparação o procedimento para a ampliação da Zona Industrial de Alcáçovas, prevendo a criação de mais três lotes, bem como a conclusão das especialidades da futura Zona Industrial de Aguiar. Referiu ainda que o Município pretende recorrer a financiamento comunitário para concretizar estes investimentos, estimando um montante entre 300 e 400 mil euros no âmbito da revisão do Contrato de Desenvolvimento e Coesão Territorial da CIMAC, o que poderá permitir a execução de projetos superiores a dois milhões de euros. Acrescentou que está



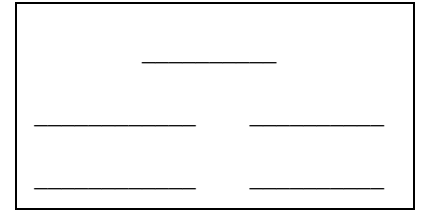
igualmente em revisão o projeto do Mercado de Alcáçovas e submetida uma candidatura para a requalificação do Jardim do Rossio. Perante as comparações efetuadas pelo Senhor Vereador com outros municípios, afirmou que também deveriam ser consideradas as notícias relativas aos investimentos realizados em Viana do Alentejo, entendendo que só dessa forma seria possível estabelecer uma comparação equilibrada. -----

Relativamente ao portão da escola, esclareceu que já tinha informado, no período antes da ordem do dia, que os trabalhos estavam em execução e que a intervenção ficaria concluída durante essa semana. -----

No que respeita aos animais errantes, concordou parcialmente com a necessidade de criação de um Centro de Recolha Oficial (CRO), mas explicou que uma infraestrutura dessa natureza representa um investimento na ordem dos 420 mil euros, sendo atualmente reduzidas as possibilidades de financiamento. Acrescentou que, enquanto não for possível concretizar esse investimento, o Município tem privilegiado outras medidas, nomeadamente a continuidade das campanhas de esterilização iniciadas em 2018, desenvolvidas em articulação com a Associação Trata-me Bem e com o médico veterinário contratado pelo Município, permitindo controlar as colónias de gatos existentes. Referiu igualmente que foram introduzidas melhorias no atual centro temporário de recolha animal, designadamente através da criação de zonas de sombra, e salientou o aumento significativo do número de adoções de animais, indicando que, desde o início do atual mandato, já tinham sido concretizadas nove adoções, encontrando-se outras em preparação. Informou ainda que o Município pretende celebrar um protocolo de colaboração com a Associação Trata-me Bem, aguardando apenas que a associação conclua alguns procedimentos internos necessários para esse efeito, reconhecendo e valorizando o trabalho desenvolvido por aquela entidade no concelho. -----

Relativamente ao mapa de pessoal, reiterou que a não abertura da totalidade dos procedimentos concursais decorre das medidas de contenção da despesa adotadas pelo executivo, explicando que os concursos atualmente submetidos à apreciação da Câmara apenas produzirão efeitos orçamentais em 2027. No caso específico das escolas, referiu que a bolsa de recrutamento atualmente existente se destina aos assistentes operacionais e considerou que, nesta fase, os rácios de pessoal se encontram preenchidos, admitindo, contudo, que essa situação venha a ser reavaliada no início do próximo ano letivo. -----

Quanto à reunião solicitada à Ministra da Saúde, informou que o último reforço do pedido foi enviado no final do mês de maio, sem que até ao momento tivesse sido obtida qualquer resposta. Esclareceu que existiram inicialmente reuniões agendadas, mas que acabaram por ser desmarcadas. Referiu ainda que o Município mantém uma comunicação regular com a Unidade Local de Saúde, tendo sido informado da abertura de concurso para colocação de médicos no concelho, embora, segundo a informação de que dispunha, não tivesse surgido qualquer candidato, ressalvando, contudo, que aguardava confirmação oficial dessa informação. Acrescentou que o Município disponibiliza uma habitação destinada ao



alojamento de médicos, medida que já existia desde o mandato anterior e que continua disponível sempre que necessário. -----

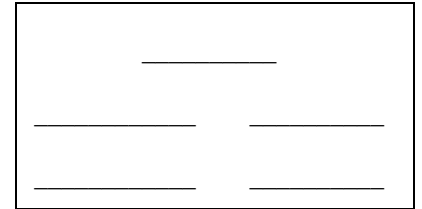
Por fim, rejeitou a afirmação de que teria garantido a abertura das extensões de saúde durante o mês de junho. Esclareceu que o que sempre afirmou foi que as obras ficariam concluídas em junho, o que, segundo referiu, se confirma pelo facto de os autos de medição final estarem presentes na ordem de trabalhos da reunião. Explicou, no entanto, que a abertura ao público depende ainda da instalação dos equipamentos e da obtenção dos pareceres necessários por parte das entidades da saúde, procedimentos que já não dependem diretamente do Município. Acrescentou que a autarquia continuará a acompanhar o processo e a pressionar as entidades competentes para que as unidades possam entrar em funcionamento o mais rapidamente possível, concluindo que, antes de formular acusações, o Senhor Vereador deveria confirmar rigorosamente as declarações anteriormente prestadas. -----

A Senhora Vereadora Rute Belga afirmou que, por vezes, fica estupefacta com a ideia que, na sua opinião, o Senhor Presidente procura transmitir relativamente às intervenções dos restantes vereadores. Aproveitou para esclarecer a sua posição sobre a questão da água, referindo que não gostaria que ficasse a ideia de que não se preocupa com o problema das dívidas e das perdas de água. Reconheceu que se trata de uma situação preocupante e grave, considerando que os factos apresentados pelo executivo são relevantes. Acrescentou, contudo, que, depois de identificados os problemas, importa discutir as respetivas soluções, entendendo que é precisamente esse o papel dos eleitos municipais.

Concluiu afirmando que o Senhor Presidente não pode afirmar que esta Vereadora não tem opinião sobre o assunto nem a obrigar a pronunciar-se sempre que assim o entenda, defendendo que cada vereador decide livremente sobre as matérias em que pretende ou não intervir durante a reunião. -----

O Senhor Presidente respondeu à Senhora Vereadora Rute Belga esclarecendo que apenas constatou um facto. Referiu que a Senhora Vereadora teve oportunidade de intervir após a apresentação dos dados relativos às perdas de água e ao aumento da dívida, mas optou por não se pronunciar sobre essa matéria. Acrescentou que considera surpreendente a ausência de uma intervenção sobre um assunto que classificou como dramático para o concelho. Relativamente à observação de que aguardava soluções, afirmou que essas soluções já tinham sido apresentadas na sua intervenção, referindo que o executivo expôs as medidas que pretende implementar para enfrentar o problema. Concluiu esclarecendo que, em momento algum, pretendeu obrigar a Senhora Vereadora a intervir, limitando-se a assinalar que, tendo tido oportunidade para o fazer, optou por não se pronunciar sobre o tema. -----

O Senhor Vereador Luís Duarte começou por referir que, aparentemente, o Senhor Presidente não sentia apenas saudades das intervenções do Senhor Vereador Rui Cardoso, mas também das suas, observando que, apesar de frequentemente lhe pedir para terminar ou interromper as suas intervenções, também lhe aponta a ausência de comentários sobre determinadas matérias. Sublinhou que cada vereador tem



liberdade para intervir sobre os assuntos que entender e que o Senhor Presidente não tem competência para obrigar qualquer eleito a pronunciar-se sobre temas em que não pretenda intervir. Esclareceu, contudo, que não tinha solicitado a palavra para discutir essa questão. Aproveitou antes o momento de transição entre o período antes da ordem do dia e a ordem do dia para apresentar uma proposta de voto de pesar pelo falecimento do Senhor José Sabarigo. Recordou que o falecido esteve ligado à vida política do concelho, integrou a Assembleia Municipal, participou em listas candidatas a esse órgão e era presença assídua nas reuniões municipais, onde frequentemente intervinha para expor problemas e preocupações do concelho. Concluiu propondo que a Câmara Municipal aprovasse um voto de pesar pelo seu falecimento e manifestasse as mais sentidas condolências à respetiva família. -----

Na sequência da proposta apresentada pelo Senhor Vereador Luís Duarte, os restantes membros do órgão manifestaram a sua concordância, tendo acompanhado o voto de pesar pelo falecimento do Senhor José Sabarigo, reconhecendo o seu percurso de participação cívica e política no concelho e expressando as mais sentidas condolências à sua família. -----

O Senhor Presidente entrou em seguida no período da ordem do dia: -----

Ponto um) Proposta de aprovação da ata em minuta no final da reunião - A Câmara deliberou por unanimidade aprovar a ata em minuta, no final da reunião, nos termos do n.º 3 do artigo 57.º do Anexo I à Lei n.º 75/2013, de 12 de setembro. -----

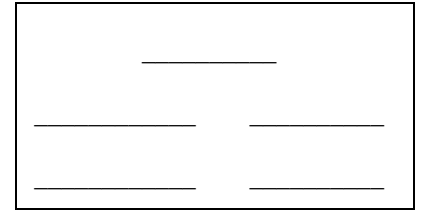
Ponto dois) Proposta de aprovação da ata relativa à reunião ordinária de 1 de junho de 2026; -----

A Câmara deliberou aprovar a ata relativa à reunião ordinária de 1 de junho de 2026. Não participaram na votação a Senhora Vereadora Ana Milhano e o Senhor Vereador Rui Cardoso, por não terem estado presentes na reunião a que a ata se refere. -----

Ponto três) Informação escrita sobre a Atividade da Câmara -----

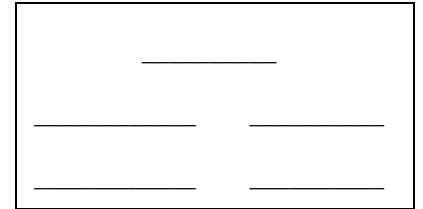
Foi tomado conhecimento da Atividade da Câmara no período compreendido entre os dias entre os dias 11 a 24 de junho de 2026. -----

O Senhor Vereador Rui Cardoso tomou a palavra para colocar duas questões e apresentar uma sugestão. Em primeiro lugar, referiu-se à reunião realizada no dia 12 de junho, relativa ao Plano de Mobilidade Urbana Sustentável do Alentejo Central, considerando importante que a Câmara Municipal esclarecesse em que consistiu essa reunião e quais os seus principais objetivos. Salientou que a mobilidade constitui um dos principais problemas da região e uma área em que é fundamental intervir para garantir uma maior igualdade de oportunidades entre os cidadãos que residem no interior. Aproveitou ainda para questionar qual o ponto de situação da instalação do posto de carregamento destinado ao autocarro elétrico do Município, perguntando se o equipamento já se encontrava devidamente instalado ou se a situação permanecia inalterada desde a última vez que o assunto foi abordado, de forma a assegurar que o autocarro de mobilidade sustentável possa estar efetivamente ao serviço da população. De seguida,



abordou o colóquio em que o Senhor Presidente participou sobre o papel das câmaras municipais e das associações tauromáquicas na preservação da cultura. Explicou que não lhe foi possível estar presente, por ter tido de se deslocar a Trás-os-Montes para participar num funeral, motivo pelo qual também não pôde comparecer à última reunião de Câmara. Acrescentou, em tom de nota pessoal, que ainda não possui o dom da bilocação, pelo que não lhe era possível estar simultaneamente em Bragança e em Viana do Alentejo. Relativamente ao tema do colóquio, questionou quais as iniciativas que o Município pretende desenvolver, para além daquelas que já tem vindo a promover, com vista ao apoio e valorização da festa brava. Referiu, em particular, a criação da Liga Nacional de Novelhadas, iniciativa que tem como objetivo incentivar a afición e proporcionar oportunidades aos jovens cavaleiros, forcados e novilheiros para demonstrarem a sua arte e o seu talento em Portugal. Explicou que esta primeira edição da Liga tem percorrido vários concelhos do país, nomeadamente Alpalhão, São Romão e, previsivelmente, Vila Franca de Xira, atraindo numerosos aficionados e turistas e contribuindo para a dinamização do comércio local. Por fim, deixou ao Senhor Presidente o desafio de, numa próxima edição da iniciativa, promover a realização de uma etapa da Liga Nacional de Novelhadas no concelho de Viana do Alentejo, aproveitando a instalação das praças desmontáveis durante eventos como a Feira do Chocalho ou a Feira d'Aires. Considerou que o apoio da Câmara Municipal a esta iniciativa seria importante para dinamizar o concelho e para incentivar os jovens praticantes, contribuindo para a preservação desta tradição e desta manifestação cultural. -----

O Senhor Presidente respondeu às questões colocadas começando por esclarecer que o posto de carregamento do autocarro elétrico já se encontra instalado e pronto a ser utilizado. Informou que o Município se encontra atualmente a concluir os procedimentos administrativos necessários para a entrada em funcionamento da viatura, nomeadamente o processo de licenciamento para a sua utilização, acrescentando que, nesse mesmo dia, tinha sido tratado o respetivo seguro. Referiu, por isso, que o autocarro se encontra em fase de conclusão dos trâmites administrativos para poder ser colocado ao serviço da população. Aproveitou ainda para sublinhar que se trata de um processo administrativo normal, não sendo possível acelerar os prazos legais. Acrescentou que não é possível resolver estas questões de forma imediata e apelou a que esta realidade fosse compreendida, referindo que, posteriormente, cada um poderá fazer os comentários que entender, nomeadamente nas redes sociais, mas que importa reconhecer que os procedimentos administrativos têm os seus próprios tempos. Relativamente ao colóquio sobre a tauromaquia, o Senhor Presidente assinalou que o Vereador Rui Cardoso não esteve presente, o que considerou natural, uma vez que não é possível estar presente em todas as iniciativas. Acrescentou, contudo, que também não se recordava de o ter visto em qualquer outro evento integrado na Semana Cultural. Quanto ao conteúdo do colóquio, considerou que este foi bastante proveitoso para todos aqueles que apreciam e acompanham a tauromaquia. Esclareceu que o Município continuará a

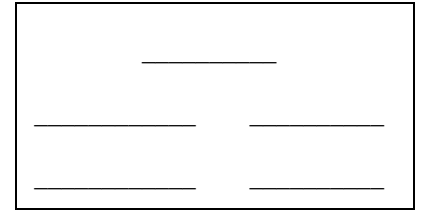


apoiar as duas corridas de toiros realizadas anualmente no concelho, integradas na Feira do Chocalho e na Feira d'Aires, recordando que o apoio financeiro atribuído pela Câmara Municipal se mantém inalterado há cerca de vinte anos, apesar da evolução significativa dos custos associados à realização destes espetáculos. Concluiu afirmando que a intenção do Município passa por proceder a um aumento gradual e significativo desses apoios financeiros, dentro das possibilidades orçamentais da autarquia, referindo que esse foi, igualmente, o compromisso que assumiu durante a realização do colóquio. -----

Ponto quatro) Proposta de aprovação da 11ª alteração orçamental, que integra a 10ª alteração permutativa ao Orçamento da Despesa, a 8ª alteração permutativa ao PPI e a 5ª alteração permutativa ao PAM; -----

O Senhor Vereador Luís Duarte tomou a palavra para se pronunciar sobre a proposta da 11.ª alteração orçamental, começando por salientar que se trata da décima primeira alteração efetuada em apenas oito meses de mandato. Referiu que considera importante recordar esse facto, apesar de reconhecer que o Senhor Presidente não aprecia essa observação. Acrescentou que, ao contrário do que sucedeu no mandato anterior, em que o executivo governou durante os dois últimos anos sem orçamento aprovado e, por esse motivo, era necessário recorrer frequentemente a alterações orçamentais, o atual executivo dispõe de um orçamento aprovado, razão pela qual considera elevado o número de alterações já realizadas. Observou ainda que a alteração em apreciação evidencia aquilo que classificou como uma situação de "rapar o tacho", expressão que, recordou, já foi utilizada em diversas ocasiões, inclusive por um vereador que não se encontrava presente na reunião. Referiu que a proposta inclui alterações de montantes muito reduzidos, chegando a verificar-se movimentos de apenas quatro euros ou seis euros e cinquenta cêntimos, situação que, na sua opinião, é habitual nas câmaras municipais apenas no final do exercício orçamental e não ao fim de apenas seis meses. Neste contexto, questionou o Senhor Presidente sobre a situação financeira do Município, perguntando se a Câmara Municipal de Viana do Alentejo atravessa dificuldades económicas, problemas de tesouraria ou de fluxo de caixa, ou se existe outra justificação para a necessidade de proceder a tantas alterações orçamentais. Colocou ainda a hipótese de o orçamento estar a ser gerido de forma casuística, retirando verbas de umas rubricas para reforçar outras à medida das necessidades. Por fim, referiu que verificou igualmente a transferência de verbas remanescentes de iniciativas já concluídas e destacou, em particular, a redução da dotação inscrita para a Festa da Primavera. Questionou se as contas daquele evento já se encontravam totalmente encerradas ou se ainda permanecia alguma verba disponível na respetiva rubrica para eventuais acertos, observando que, atendendo ao curto período de tempo decorrido desde a realização da iniciativa, lhe parecia pouco provável que todos os valores estivessem já definitivamente apurados. -----

O Senhor Presidente respondeu às questões colocadas pelo Vereador Luís Duarte, começando por reconhecer que esta correspondia, efetivamente, à 11.ª alteração orçamental. Referiu, contudo, que se



comprometia a verificar quantas alterações orçamentais tinham sido realizadas pelo anterior executivo durante o seu primeiro mandato, acrescentando que, em todo o caso, o número agora apresentado continuava a ser inferior ao registado no último ano desse mandato. Relativamente à expressão "rapar o tacho", admitiu que a mesma traduz a realidade da atual gestão orçamental, explicando que o Município dispõe de um orçamento fortemente condicionado. Sublinhou que já o havia referido em diversas reuniões de Câmara e reiterou que, no presente exercício, a gestão financeira obriga a um rigor muito apertado, afirmando que o executivo se encontra, literalmente, a contar euros. Como exemplo dessas limitações, referiu que, mais adiante na ordem de trabalhos, seria submetido à apreciação um ponto relativo ao pagamento das quotas da Associação 25 de Abril, que, segundo afirmou, não eram pagas desde 2023. Acrescentou ainda que o Município enfrenta um crescimento muito significativo da dívida relacionada com o setor da água, reiterando que essa dívida registou um aumento de cerca de 2.000%. Na sua perspetiva, estas situações representam condicionantes relevantes à gestão orçamental e explicam a necessidade de proceder a sucessivas alterações ao orçamento. Afirmou, por isso, que o orçamento municipal para 2026 não se apresenta, na sua opinião, nem favorável nem fácil de gerir, rejeitando a ideia de que a gestão esteja a ser conduzida de forma desorganizada ou "à deriva". Concluiu afirmando que o atual executivo se encontra a gerir aquilo que classificou como as "heranças" deixadas pelo anterior mandato e que continuará a adotar uma gestão rigorosa dos recursos disponíveis, admitindo que será necessário continuar a proceder a ajustamentos orçamentais até ao final do mandato. Acrescentou ainda que esta opção decorre igualmente do plano de contenção de custos aprovado pelo executivo, através do qual foi assumido o compromisso de não aumentar a despesa com a realização de eventos municipais, objetivo que, segundo referiu, apenas poderá ser alcançado através de uma gestão particularmente cuidadosa das dotações orçamentais disponíveis. -----

O Senhor Vereador Luís Duarte respondeu às considerações do Senhor Presidente, referindo que, durante o mandato anterior, o executivo procedeu ao pagamento de diversas dívidas herdadas de anteriores mandatos, incluindo valores que, na sua opinião, eram substancialmente superiores aos atualmente invocados pelo executivo. Acrescentou que, no caso concreto das Águas do Alentejo, foram liquidadas dívidas que transitavam do anterior executivo do Partido Socialista, embora tenha permanecido ainda algum montante por regularizar. Neste contexto, considerou excessiva a relevância atribuída pelo Senhor Presidente ao crescimento da dívida associada às águas, designadamente quando faz referência a um aumento de 2.000%, entendendo que esse argumento não é proporcional à dimensão do orçamento municipal, que ronda os 17 milhões de euros. Recordou ainda que já havia manifestado a sua posição sobre esta matéria em anteriores reuniões de Câmara, motivo pelo qual não voltou a desenvolver esse tema na presente sessão. Sublinhou que o valor em causa ronda os 200 mil euros e considerou exagerado apresentar essa situação como um encargo de grande dimensão para o Município. Concluiu afirmando que

também o anterior executivo teve de assumir e regularizar dívidas herdadas de mandatos anteriores, de montante, no seu entendimento, superior ao agora referido. -----

Com 2 votos favoráveis e 3 abstenções, por parte do Senhor Vereador Luís Miguel Duarte, da Senhora Vereadora Rute Belga e do Senhor Vereador Rui Cardoso, a Câmara aprovou a 11ª alteração orçamental, que integra a 10ª alteração permutativa ao Orçamento da Despesa, a 8ª alteração permutativa ao Plano Plurianual de Investimentos e a 5ª alteração permutativa ao Plano de Atividades Municipais. -----

Ponto cinco) Proposta de ratificação do Despacho do Senhor Presidente que autorizou a emissão de Licença Especial de Ruído e a isenção do pagamento das respetivas taxas à Junta de Freguesia de Alcáçovas, para a realização da 28.ª Semana Cultural de Alcáçovas; -----

Por unanimidade, a Câmara deliberou ratificar o Despacho do Senhor Presidente que autorizou a emissão de Licença Especial de Ruído e a isenção do pagamento das respetivas taxas à Junta de Freguesia de Alcáçovas, para a realização da 28.ª Semana Cultural de Alcáçovas. -----

Ponto seis) Proposta de ratificação do Despacho do Senhor Presidente que autorizou a emissão de Licença Especial de Ruído e a isenção do pagamento das respetivas taxas à Junta de Freguesia de Viana do Alentejo, para a realização do Arraial Popular, no dia 26 de junho de 2026; -----

A Câmara deliberou por unanimidade ratificar o despacho do Senhor Presidente que autorizou a emissão de Licença Especial de Ruído e a isenção do pagamento das respetivas taxas à Junta de Freguesia de Viana do Alentejo, para a realização do Arraial Popular, no dia 26 de junho de 2026. -----

Ponto sete) Proposta de ratificação do despacho do Senhor Presidente que autorizou a interdição temporária de trânsito em Alcáçovas para a realização de uma garraiada, no dia 13 de junho de 2026; --

Por unanimidade, a Câmara deliberou ratificar o despacho do Senhor Presidente que autorizou a interdição temporária de trânsito em Alcáçovas para a realização de uma garraiada, no dia 13 de junho de 2026. -----

Ponto oito) Proposta de revogação da deliberação de 15/06/2026 relativa à aprovação do Auto de Vistoria e Medição n.º 7 dos Trabalhos Complementares n.º 1, referentes à Empreitada de Construção de Duas Novas Unidades de Saúde em Aguiar e Alcáçovas; -----

O Senhor Presidente esclareceu que o auto de medição anteriormente aprovado não se encontrava completo. Explicou que, por razões de natureza procedimental, era necessário proceder à sua revogação, sendo posteriormente submetido à apreciação da Câmara, no ponto seguinte da ordem de trabalhos, o auto de medição devidamente regularizado e completo. -----

O Senhor Vereador Luís Duarte afirmou que o sentido de voto da CDU seria a abstenção, à semelhança do que aconteceu na reunião anterior. No entanto, considerou tratar-se de uma falha grave, salientando a diferença significativa entre o valor inicialmente apresentado, de 2.519,50 euros, e o valor agora corrigido, de 9.521,50 euros. Referiu que não era aceitável que um ponto fosse submetido à aprovação da Câmara e, posteriormente, tivesse de ser retirado por conter incorreções desta natureza. Acrescentou que, embora

aceitasse a explicação do Senhor Presidente de que o processo não estava completo, entendia que existiu uma falha evidente, facilmente perceptível pela discrepância dos valores apresentados. -----

O Senhor Presidente concordou com a observação do Senhor Vereador Luís Duarte, reconhecendo que existiu uma falha e assumindo a responsabilidade pela mesma. Esclareceu, contudo, que o erro não resultou da medição dos trabalhos, mas sim de uma falha processual, uma vez que todos os trabalhos deveriam ter sido integrados e aprovados num único auto de medição, o qual deveria ter sido apresentado na íntegra. Acrescentou que, precisamente por reconhecer essa falha, o Executivo submetia à apreciação da Câmara a revogação da deliberação anterior e a respetiva correção, através da apresentação do auto de medição devidamente completo. -----

O Senhor Vereador Rui Cardoso disse que admitia que o auto não estivesse completo, mas considerava que, mais do que incompleto, o documento estava incorreto. Recordou que, na reunião de Câmara do dia 15 de junho, foi aprovado o Auto de Vistoria e Medição n.º 7, relativo aos Trabalhos Complementares n.º 1, no valor de 2.519,50 euros, sendo que o Município reconhecia agora, no documento remetido aos vereadores, que o valor correto ascendia a 9.521,00 euros, acrescido de IVA. Sublinhou que não se tratava de uma diferença pouco significativa, mas sim de um acréscimo superior a 7.000 euros, correspondendo a um valor cerca de quatro vezes superior ao inicialmente aprovado, salientando que estavam em causa dinheiros públicos. Nesse sentido, considerou importante perceber como foi possível que uma empreitada pública chegasse a reunião de Câmara com uma discrepância desta dimensão. Esclareceu que o seu grupo votaria favoravelmente a revogação da deliberação anterior, por se tratar de um ato administrativo necessário à correção do procedimento. Todavia, salientou que essa revogação não eliminava o erro ocorrido e que a situação merecia uma explicação mais aprofundada do que a simples indicação de que o auto não estava completo. Acrescentou que o documento se limitava a reconhecer que o valor inicialmente apresentado estava incorreto, sem esclarecer a origem da diferença, a parcela omitida, a causa do erro, se este ocorreu na medição dos trabalhos, na elaboração do auto, na instrução da proposta ou noutra fase do procedimento. Considerou igualmente importante apurar quem detetou o erro, em que momento foi identificado e por que razão apenas foi corrigido após a aprovação do documento em reunião de Câmara. Por fim, referiu que os vereadores não acompanham diariamente a execução das empreitadas nem as respetivas medições, existindo, por isso, um voto de confiança relativamente aos elementos técnicos que lhes são apresentados. Defendeu que, face às responsabilidades inerentes à aprovação destes autos, é fundamental garantir o rigor e a exatidão dos valores submetidos à apreciação do órgão, concluindo que, para além da correção financeira do processo, se impunham os devidos esclarecimentos e a respetiva responsabilização pelo erro verificado. -----

O Senhor Presidente esclareceu que assumia integralmente a responsabilidade pela situação, uma vez que lhe competia aprovar a ordem de trabalhos e os pontos submetidos à reunião de Câmara. Explicou que a

questão não se prendia com um erro na medição ou no valor dos trabalhos, mas sim com um erro procedimental. Referiu que, tratando-se do último auto de medição da empreitada, o mesmo teria obrigatoriamente de corresponder aos 100 % da obra medida, não sendo legalmente possível a existência de dois autos de medição referentes ao mesmo período. Acrescentou que o auto em causa reportava ao mês de maio e que, por esse motivo, apenas poderia existir um único auto que completasse a totalidade da medição da empreitada. No entanto, foram elaborados dois autos distintos, situação que não era legalmente admissível. Esclareceu que esse foi o único erro verificado nos serviços, assumindo igualmente que deveria ter detetado essa situação antes da sua submissão à reunião de Câmara. -----

Concluiu afirmando que a correção agora efetuada não resultava de qualquer alteração ao valor dos trabalhos executados, mas apenas da necessidade de reunir num único auto as medições que tinham sido indevidamente repartidas em dois documentos. Assim, justificava-se a revogação da deliberação anteriormente aprovada, no valor de 2.519,50 euros, para integrar esse montante no auto seguinte, correspondente aos restantes 16 % da empreitada, perfazendo o valor global de 9.521,00 euros, necessário para completar os 100 % da obra medida. -----

Por maioria, com 3 votos favoráveis e 2 abstenções por parte do Senhor Vereador Luís Miguel Duarte e da Senhora Vereadora Rute Belga a Câmara revogou a deliberação de 15/06/2026 relativa à aprovação do Auto de Vistoria e Medição n.º 7 dos Trabalhos Complementares n.º 1, referentes à Empreitada de Construção de Duas Novas Unidades de Saúde em Aguiar e Alcáçovas. -----

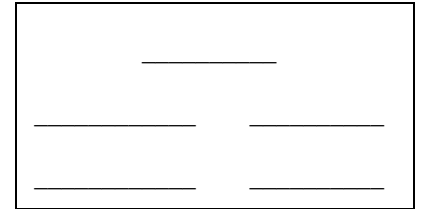
Ponto nove) Proposta de aprovação do Auto de Vistoria e Medição n.º 7 dos Trabalhos Complementares n.º 1, referentes à Empreitada de Construção de Duas Novas Unidades de Saúde em Aguiar e Alcáçovas (Unidade de Aguiar); -----

Por maioria, com 3 votos favoráveis e 2 abstenções por parte do Senhor Vereador Luís Miguel Duarte e da Senhora Vereadora Rute Belga a Câmara aprovou o Auto de Vistoria e Medição n.º 7 dos Trabalhos Complementares n.º 1, referentes à Empreitada de Construção de Duas Novas Unidades de Saúde em Aguiar e Alcáçovas (Unidade de Aguiar). -----

O Senhor Vereador Luís Duarte fez uma declaração de voto que se transcreve na íntegra: “Apesar de termos perdido a confiança nos valores apresentados depois do que se passou no ponto anterior para que os pagamentos ao empreiteiro possam ser feitos viabilizamos o ponto com a abstenção.” -----

Ponto dez) Proposta de aprovação da Conta Final da Empreitada de Construção de Duas Novas Unidades de Saúde em Aguiar e Alcáçovas; -----

O Senhor Vereador Rui Cardoso referiu que analisou a conta final da empreitada e verificou que o valor inicialmente adjudicado foi de 436.000,00 euros, enquanto o custo final ascendeu a 576.000,00 euros, representando um acréscimo global superior a 139.000,00 euros, correspondente a cerca de 32 % face ao preço contratual inicial. Acrescentou que, da análise efetuada aos documentos e tendo em conta os



esclarecimentos prestados relativamente aos autos de vistoria e medição, não identificaram qualquer desconformidade ou incongruência formal. Ainda assim, considerou importante perceber quais as razões que justificavam um aumento de quase 140.000,00 euros entre o valor inicial da adjudicação e o valor constante da conta final, questionando se esse acréscimo resultava da atualização do preço dos materiais, da inflação ou de outros fatores. -----

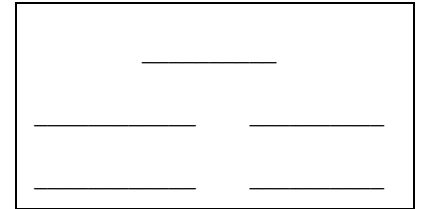
Por outro lado, chamou a atenção para o facto de, na página 7 do documento, no ponto 4.3, constar uma tabela relativa à revisão de preços que se encontrava em branco, ao contrário das restantes tabelas do documento, que apresentavam os respetivos valores discriminados. Referiu, contudo, que na página 5 era indicado um valor de cerca de 12.000,00 euros correspondente à revisão de preços, pelo que questionou a razão de essa informação não constar igualmente discriminada na tabela da página 7, perguntando se se tratava de um mero lapso formal ou de outra situação que justificasse essa omissão. -----

O Senhor Presidente respondeu que, relativamente à revisão de preços, não conseguia explicar, naquele momento, a razão pela qual a tabela constante do documento não se encontrava preenchida, referindo que essa informação poderia ser verificada posteriormente. Esclareceu, contudo, que a revisão de preços se encontrava discriminada no ponto 12 do documento. Acrescentou que o ponto em apreciação correspondia à conta final das empreitadas de Aguiar e de Alcáçovas, ambas já concluídas. Explicou que o acréscimo de cerca de 118 mil euros relativamente ao valor inicialmente adjudicado se devia, essencialmente, a dois fatores: por um lado, ao aumento dos preços dos materiais verificado desde a adjudicação da empreitada; por outro, aos trabalhos adicionais realizados na empreitada de Aguiar, designadamente à necessidade de proceder à escavação em rocha, circunstância que originou um aumento significativo do custo da obra. Concluiu referindo que a maior parte do acréscimo de custos se encontrava associada a estes dois fatores e reiterou que a discriminação da revisão de preços constava do ponto 12 do documento. -----

Com 2 votos favoráveis e 3 abstenções por parte do Senhor Vereador Luís Miguel Duarte, da Senhora Vereadora Rute Belga e do Senhor Vereador Rui Cardoso a Câmara aprovou a Conta Final da Empreitada de Construção de Duas Novas Unidades de Saúde em Aguiar e Alcáçovas. -----

Ponto onze) Proposta de aprovação do Auto de Vistoria e Medição de Trabalhos n.º 16 referente à Empreitada de Construção de duas novas Unidades de Saúde em Aguiar e em Alcáçovas (Unidade de Aguiar); -----

Por maioria, com 3 votos favoráveis e 2 abstenções por parte do Senhor Vereador Luís Miguel Duarte e da Senhora Vereadora Rute Belga a Câmara aprovou o Auto de Vistoria e Medição de Trabalhos n.º 16 referente à Empreitada de Construção de duas novas Unidades de Saúde em Aguiar e em Alcáçovas (Unidade de Aguiar). -----



Ponto doze) Proposta de aprovação do Auto de Revisão de Preços referente à Empreitada de Construção de Duas Novas Unidades de Saúde em Aguiar e Alcáçovas; -----

Por maioria, com 3 votos favoráveis e 2 abstenções por parte do Senhor Vereador Luís Miguel Duarte e da Senhora Vereadora Rute Belga a Câmara aprovou o Auto de Revisão de Preços referente à Empreitada de Construção de Duas Novas Unidades de Saúde em Aguiar e Alcáçovas. -----

Ponto treze) Proposta de aprovação do Auto de Vistoria e Medição de Trabalhos Complementares n.º 1 referentes à Empreitada de Requalificação do Centro de Saúde de Viana do Alentejo; -----

Por maioria, com 3 votos favoráveis e 2 abstenções por parte do Senhor Vereador Luís Miguel Duarte e da Senhora Vereadora Rute Belga a Câmara aprovou o Auto de Vistoria e Medição de Trabalhos Complementares n.º 1 referentes à Empreitada de Requalificação do Centro de Saúde de Viana do Alentejo.

Ponto catorze) Proposta de transferência de verba para a Associação Grupo de Cantares Populares Seara Nova, (1º Trimestre de 2026), no âmbito do Regulamento Municipal de Apoio Financeiro às Atividades Culturais; -----

A Câmara deliberou aprovar por unanimidade a transferência de verba para a Associação Grupo de Cantares Populares Seara Nova, (1º Trimestre de 2026), no valor de 180,00€ no âmbito do Regulamento Municipal de Apoio Financeiro às Atividades Culturais. -----

Ponto quinze) Proposta de transferência de verba para a A.M.Ar.T. - Grupo de Cavaquinhos do Alentejo (1º trimestre de 2026), no âmbito do Regulamento Municipal de Apoio Financeiro às Atividades Culturais; -----

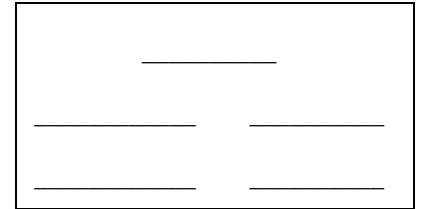
Por unanimidade, a Câmara deliberou aprovar a transferência de verba para a A.M.Ar.T. - Grupo de Cavaquinhos do Alentejo (1º trimestre de 2026), no valor de 180,00€ no âmbito do Regulamento Municipal de Apoio Financeiro às Atividades Culturais. -----

Ponto dezasseis) Proposta de transferência de verba para o Grupo Coral dos Trabalhadores de Alcáçovas (1º trimestre de 2026), no âmbito do Regulamento Municipal de Apoio Financeiro às Atividades Culturais; -----

A Câmara deliberou aprovar por unanimidade a transferência de verba para o Grupo Coral dos Trabalhadores de Alcáçovas (1º trimestre de 2026), no valor de 306,00€ no âmbito do Regulamento Municipal de Apoio Financeiro às Atividades Culturais. -----

Ponto dezassete) Proposta de transferência de verba para o Grupo Coral dos Trabalhadores de Alcáçovas para dinamização da Marcha da Vila de Alcáçovas 2026, em parceria com a A.M.Ar.T; -----

Por unanimidade, a Câmara deliberou aprovar a transferência de verba para o Grupo Coral dos Trabalhadores de Alcáçovas para dinamização da Marcha da Vila de Alcáçovas 2026, em parceria com a A.M.Ar.T, no valor de 1.250,00€. -----



Ponto dezoito) Proposta de transferência de verba para a Associação dos Amigos Aguiarenses para dinamização das Marchas Populares 2026; -----

A Câmara deliberou aprovar por unanimidade a transferência de verba para a Associação dos Amigos Aguiarenses para dinamização das Marchas Populares 2026, no valor de 150,00€. -----

Ponto dezanove) Proposta de transferência de verba para o Grupo Coral “Os Trabalhadores” de Alcáçovas (15.º Encontro de Grupos Corais); -----

Por unanimidade, a Câmara deliberou aprovar a transferência de verba para o Grupo Coral “Os Trabalhadores” de Alcáçovas (15.º Encontro de Grupos Corais), no valor de 400,00€. -----

Ponto vinte) Proposta de transferência de verba para o Grupo Associativo Jovens de Aguiar para a Dinamização do Crazy Hours, Integrado na Festa da Primavera 2026; -----

A Câmara deliberou aprovar por unanimidade, a transferência de verba para o Grupo Associativo Jovens de Aguiar para a Dinamização do Crazy Hours, Integrado na Festa da Primavera 2026, no valor de 650,00€. -----

Ponto vinte e um) Proposta de transferência de verba para a Associação Cultural e Recreativa Alcaçovense para a Realização do Espetáculo de Sevilhanas da Escola de Dança; -----

A Câmara deliberou aprovar por unanimidade a transferência de verba para a Associação Cultural e Recreativa Alcaçovense para a Realização do Espetáculo de Sevilhanas da Escola de Dança, no valor de 400,00€. -----

Ponto vinte e dois) Proposta de transferência de verba para a Associação 25 de Abril, referente às quotas dos anos 2024, 2025 e 2026; -----

O Senhor Presidente esclareceu que a Associação 25 de Abril é uma associação sem fins lucrativos que tem como finalidade a defesa e a promoção dos valores cívicos do 25 de Abril de 1974, bem como a preservação, recolha, tratamento e divulgação do património documental e informativo relacionado com esse período da história nacional. Referiu que, de acordo com a informação prestada pelos serviços municipais e confirmada pela própria associação, o último pagamento da quota anual efetuado pelo Município reportava-se ao ano de 2023, não tendo sido efetuados os pagamentos correspondentes aos anos de 2024 e 2025. Informou que a proposta submetida à apreciação da Câmara visava regularizar a situação, procedendo ao pagamento das quotas em atraso, bem como da quota referente ao ano de 2026. Manifestou o seu desagrado pelo facto de tal situação se ter verificado, afirmando não compreender por que motivo uma associação com estas finalidades deixou de receber as quotas devidas pelo Município de Viana do Alentejo. Acrescentou sentir algum constrangimento pela ocorrência da situação, razão pela qual propunha a respetiva regularização, através da aprovação do montante global de 1.800,00 euros. -----

O Senhor Vereador Luís Duarte referiu que, à semelhança do que havia mencionado anteriormente relativamente a outras situações de pagamentos em atraso, também não compreendia o motivo pelo qual aquele pagamento não tinha sido efetuado. Relativamente à afirmação do Senhor Presidente de que se

sentia envergonhado com a situação, considerou que não havia motivo para tal, recordando que o atual Executivo também procedeu ao pagamento de dívidas do anterior Executivo do Partido Socialista, de valor significativamente superior, na ordem dos 200.000,00 euros. Acrescentou que, no caso em apreço, o valor em falta correspondia apenas às quotas em atraso, no montante de 1.200,00 euros, entendendo que a situação resultaria, muito provavelmente, de uma falha dos serviços ou de um lapso administrativo, não devendo, por esse motivo, constituir motivo de constrangimento para o Senhor Presidente. Concluiu afirmando que o atual Executivo teve de regularizar responsabilidades financeiras de montante muito superior. -----

A Câmara deliberou aprovar por maioria com 4 votos favoráveis e 1 voto contra por parte do Senhor Vereador Rui Cardoso, a transferência de verba para a Associação 25 de Abril, referente às quotas dos anos 2024, 2025 e 2026. -----

O Senhor Vereador Rui Cardoso leu uma declaração de voto que se transcreve na íntegra “a declaração de voto nada temos contra a data temos tudo é que no contexto de restrição de despesa onde estejamos a contar todos os cêntimos e rapar o tacho passo a expressão para conseguir encontrar dinheiro para fazer aquilo que é importante continuamos a esbanjar dinheiro para coisas que não fazem sentido numa altura de restrição de despesa.” -----

Ponto vinte e três) Proposta de renovação do Cartão Social do Reformado, Pensionista e Idoso a um munícipe da freguesia de Alcáçovas; -----

Por unanimidade a Câmara deliberou renovar o Cartão Social do Reformado, Pensionista e Idoso a um munícipe da freguesia de Alcáçovas. -----

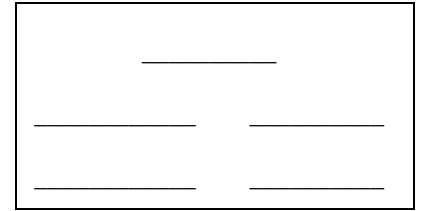
Ponto vinte e quatro) Proposta de atribuição do Cartão Social do Reformado, Pensionista e Idoso a um munícipe da freguesia de Alcáçovas; -----

Por unanimidade a Câmara deliberou atribuir o Cartão Social do Reformado, Pensionista e Idoso a um munícipe da freguesia de Alcáçovas. -----

Ponto vinte e cinco) Proposta de Submissão da candidatura “Requalificação da Escola Básica de Alcáçovas” ao Aviso n.º02/2025 - Programa Escolas - Modernização dos estabelecimentos públicos de ensino dos 2.º e 3.º ciclos e do secundário; -----

O Senhor Presidente explicou que a proposta em apreciação visa autorizar a submissão de uma candidatura ao financiamento do Banco Europeu de Investimento (BEI), na sequência da perda do financiamento inicialmente previsto no âmbito do Plano de Recuperação e Resiliência (PRR). Esclareceu que o Município foi notificado da rescisão da candidatura referente à requalificação da Escola Básica de Alcáçovas, tendo aceite essa decisão, uma vez que, na ausência de uma prorrogação dos prazos do PRR, já não existiam condições para concluir a empreitada dentro do período de execução previsto. -----

Perante esta situação, o Município procurou uma alternativa de financiamento, optando por recorrer ao



Banco Europeu de Investimento. Informou que a candidatura se encontrava preparada para submissão, tendo sido apenas necessário proceder à atualização dos montantes do projeto. Referiu ainda que foi igualmente efetuada a revisão do projeto, esclarecendo que essa revisão não correspondeu a uma alteração da solução técnica inicialmente prevista, mas sim ao cumprimento de uma exigência legal aplicável a projetos de valor superior a 400 mil euros, que determina a validação do projeto por uma entidade independente, designadamente quanto aos preços apresentados e à adequação das soluções propostas. Concluiu informando que, na sequência dessa atualização e revisão, o investimento total previsto para a requalificação da Escola Básica de Alcáçovas passou a ascender a 3.661.000 euros. -----

O Senhor Vereador Luís Duarte referiu ter algumas dúvidas relativamente ao ponto em apreciação, questionando qual o enquadramento do Aviso n.º 2/2025 – Programa Escolas e o respetivo montante de financiamento. Acrescentou que o Senhor Presidente já havia esclarecido tratar-se de uma candidatura ao Banco Europeu de Investimento (BEI), considerando, contudo, importante esclarecer que este mecanismo de financiamento não corresponde a um apoio a fundo perdido, mas sim, tanto quanto era do seu conhecimento, a um empréstimo. Solicitou que, caso estivesse incorreto, essa questão fosse devidamente esclarecida. Por último, questionou qual o valor do financiamento a contratar, bem como qual o montante eventualmente financiado a fundo perdido, caso existisse, e qual o valor que ficaria a cargo do Município.

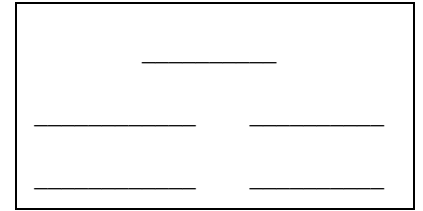
O Senhor Presidente esclareceu que o investimento total previsto para a requalificação da Escola Básica de Alcáçovas ascende a 3.661.000,00 euros, sendo elegível para financiamento apenas o montante de 2.732.000,00 euros. Explicou que esta diferença se deve ao facto de o edifício da escola do 1.º ciclo não ser elegível para financiamento, abrangendo a candidatura apenas as intervenções relativas ao 2.º e 3.º ciclos e ao ensino secundário. Acrescentou que o Banco Europeu de Investimento (BEI) financia 100 % do montante elegível, correspondente a 2.732.000,00 euros. -----

O Senhor Vereador Luís Duarte questionou qual o montante que o Município teria de reembolsar ao Banco Europeu de Investimento (BEI) no âmbito do financiamento em causa. -----

O Senhor Presidente esclareceu que o Banco Europeu de Investimento (BEI) financia 100 % do montante elegível, reiterando que as condições de financiamento são equivalentes às previstas no âmbito do Plano de Recuperação e Resiliência (PRR). -----

O Senhor Vereador Luís Duarte referiu que a sua questão se prendia com o facto de o Banco Europeu de Investimento (BEI) ser uma instituição bancária, entendendo, por isso, que se tratava de uma entidade que concede empréstimos, razão pela qual pretendia ver esclarecidas as condições do financiamento. -----

O Senhor Presidente esclareceu que o enquadramento deste financiamento resulta de um protocolo celebrado entre o Governo e a Associação Nacional de Municípios Portugueses (ANMP).

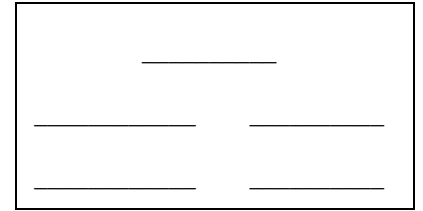


Explicou que a ANMP identificou, junto dos municípios, um conjunto de estabelecimentos de ensino considerados prioritários para requalificação, comprometendo-se o Governo a assegurar o respetivo financiamento. Referiu que, numa primeira fase, esse financiamento foi disponibilizado através do Plano de Recuperação e Resiliência (PRR). Contudo, esgotada a capacidade financeira do PRR antes de todas as escolas identificadas terem sido abrangidas, o Governo estabeleceu um mecanismo de financiamento através do Banco Europeu de Investimento (BEI). Acrescentou que, mediante a contrapartida financeira assegurada pelo Governo, os municípios cujas escolas constavam da lista de prioridades elaborada pela ANMP beneficiam de financiamento correspondente a 100 % dos custos elegíveis, reiterando que as condições são idênticas às previstas no âmbito do PRR. Concluiu referindo que, ao contrário do que sucedia no PRR, o acesso a este mecanismo de financiamento ocorre agora em regime concorrencial.-----

O Senhor Vereador Luís Duarte agradeceu o esclarecimento prestado, referindo que o seu entendimento sobre o funcionamento do Banco Europeu de Investimento (BEI) era distinto. Salientou que, tanto quanto era do seu conhecimento, o BEI constituía um mecanismo de financiamento destinado a apoiar investimentos dos municípios, mediante a concessão de empréstimos posteriormente reembolsados em condições financeiras favoráveis. Acrescentou que, perante os esclarecimentos prestados, concluía tratar-se de um regime excecional aplicável à requalificação das escolas, uma vez que, na generalidade das situações, o funcionamento do BEI não ocorria nesses termos. Prosseguiu a sua intervenção, referindo que, no caso concreto da requalificação da Escola Básica de Alcáçovas, a situação era distinta e acrescentou que, à data em que o anterior Executivo cessou funções, o aviso e o respetivo projeto se encontravam aprovados, considerando que o atual Executivo optou por não avançar com a execução da empreitada. Referiu que o Senhor Presidente justificou essa opção com a inexistência de tempo suficiente para concluir a obra no prazo disponível, entendendo, contudo, que seria possível executar a intervenção no período de cerca de oito meses então existente. -----

O Senhor Presidente respondeu, questionando de que forma seria possível executar uma empreitada com um prazo de execução previsto de um ano em apenas seis meses. Esclareceu que, quando o atual Executivo tomou posse, o processo ainda não dispunha das peças necessárias para o lançamento da empreitada, referindo que apenas em janeiro ficaram reunidas as condições para o respetivo lançamento, tendo o Executivo procurado atuar com a maior celeridade possível. Acrescentou que, tendo em conta que o prazo do PRR terminava em agosto, o período efetivamente disponível para a execução da obra seria inferior a oito meses, rondando os seis meses. Nesse sentido, questionou o Senhor Vereador Luís Duarte sobre qual teria sido o plano de execução caso permanecesse no Executivo, perguntando de que forma seria possível concretizar uma empreitada com duração prevista de um ano num prazo tão reduzido. -----

O Senhor Vereador Rui Cardoso referiu que a candidatura em apreciação revestia especial importância, por corresponder a uma necessidade amplamente reconhecida e à qual todas as forças políticas se haviam



comprometido a dar resposta, independentemente das respetivas posições partidárias. Salientou que a intervenção visa melhorar as condições da Escola Básica de Alcáçovas, beneficiando diretamente as crianças e os jovens que nela estudam, numa fase determinante do seu desenvolvimento e aprendizagem. Em nome do Chega, manifestou a sua satisfação pelo avanço da candidatura e da futura empreitada, considerando essencial que a mesma seja concretizada dentro dos prazos previstos e em conformidade com o orçamento estabelecido. -----

A Câmara deliberou aprovar por unanimidade a Submissão da candidatura “Requalificação da Escola Básica de Alcáçovas” ao Aviso n.º02/2025 - Programa Escolas - Modernização dos estabelecimentos públicos de ensino dos 2.º e 3.º ciclos e do secundário. -----

Ponto vinte e seis) Proposta de Adjudicação da Concessão de Exploração do Quiosque do Jardim Público de Alcáçovas e de aprovação da Minuta do Contrato; -----

A Câmara deliberou aprovar por unanimidade a Adjudicação da Concessão de Exploração do Quiosque do Jardim Público de Alcáçovas e de aprovação da Minuta do Contrato. A concessionária é Vera Lúcia Calca Bonito Cardoso. -----

Ponto vinte e sete) Proposta de abertura de Procedimento Concursal Comum para constituição de Relação jurídica de emprego em contrato de trabalho em funções públicas por tempo indeterminado, para ocupação de um posto de trabalho de Técnico Superior (Organização e Gestão de Eventos Culturais); -----

Por unanimidade, a Câmara deliberou aprovar a abertura de Procedimento Concursal Comum para constituição de Relação jurídica de emprego em contrato de trabalho em funções públicas por tempo indeterminado, para ocupação de um posto de trabalho de Técnico Superior (Organização e Gestão de Eventos Culturais). -----

Ponto vinte e oito) Proposta de abertura de Procedimento Concursal Comum para constituição de Relação jurídica de emprego em contrato de trabalho em funções públicas por tempo indeterminado, para ocupação de um posto de trabalho de Assistente Técnico (Turismo); -----

A Câmara deliberou aprovar por unanimidade a abertura de Procedimento Concursal Comum para constituição de Relação jurídica de emprego em contrato de trabalho em funções públicas por tempo indeterminado, para ocupação de um posto de trabalho de Assistente Técnico (Turismo). -----

Ponto vinte e nove) Proposta de abertura de Procedimento Concursal Comum para constituição de Relação jurídica de emprego em contrato de trabalho em funções públicas por tempo indeterminado, para ocupação de um posto de trabalho de Técnico Superior (Direito); -----

A Câmara deliberou aprovar por unanimidade a abertura de Procedimento Concursal Comum para constituição de Relação jurídica de emprego em contrato de trabalho em funções públicas por tempo indeterminado, para ocupação de um posto de trabalho de Técnico Superior (Direito). -----

Eu, Marta Sofia Ferro Maia, Técnica Superior, a subscrevi.

O Presidente,

Os Vereadores,